

- XXVI-

**POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA:
CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, DESIGUALDADE
RECORRENTE E PERSPECTIVAS**

Maria de Barros da Trindade Padua

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Brasil

E-mail: maariasandy@hotmail.com

José Almir Viana Nunes

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Brasil

E-mail: vianunes@hotmail.com

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Brasil

E-mail: katia.fonseca.unifap@hotmail.com

Norma-Iracema de Barros Ferreira

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP-Brasil

E-mail: normairacemaunifap@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de estudos produzidos no Curso de Mestrado em Educação/UNIFAP, cujo tema volve-se para a política educacional brasileira em perspectiva histórica, com relevo à tônica da desigualdade, marca indelével da ação do Estado quando da definição de suas ações programáticas relacionadas à Educação Básica. Neste caso, o problema traduz-se na indagação: que aspectos marcam as políticas públicas educacionais que possam traduzir um processo histórico de desigualdade e exclusão? Com base em estudiosos da área, o objetivo consta de filtrar aspectos que demonstrem a consolidação gradativa de um processo histórico – caracterizado pela recorrente desigualdade – advindo do aparelho estatal, de usurpação do direito à educação pública e de qualidade. Quanto à natureza da pesquisa, é do tipo bibliográfico, desenvolvida a partir de material já elaborado em artigos científicos e livros, tal como indica Gil (2008), tendo como foco a consecução do objetivo traçado e a resposta ao problema formulado.

REVISITANDO A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Estudos sobre as políticas emanadas do Estado à educação brasileira comumente registram conflitos de interesses de classes. Disputas por projetos socioeducativos se mostram no lastro temporal de existência do País, materializando ideias da classe dominante, que ao longo do processo de consolidação da educação formal implementaram diferentes estratégias que refletem claramente a defesa de uma política educacional classista, desigual, heterogênea e, não raramente, desalinhada da realidade regional. (TRAGTENBERG, 2012). Tal *modus operandi*, conforme Saviani (2008, p. 7), firma-se na “histórica resistência que as classes dirigentes opõem à manutenção da educação pública e na descontinuidade das medidas educacionais acionadas pelo Estado,” resultando em trava ao desenvolvimento do País e seus concidadãos. Assim, configuraram-se as ações do Estado para à educação nacional – da Colônia à República – tanto é que:

O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a conseqüente erradicação do analfabetismo. (SAVIANI, 2008, p. 12).

Registre-se que o problema esposado não consta resolvido, decorrido praticamente duas décadas do século XXI! Isto porque nem todas as crianças acessam a Escola; o analfabetismo ainda grassa no País; disputas ideológicas estão recolocadas na arena política, tendo de um lado os contumazes defensores da educação como direito inalienável do cidadão – direito que historicamente lhe é devido; e de outro os interlocutores de grupos econômicos arraigados à lógica mercantil que invade o território escolar brasileiro e transforma a educação em mercadoria, a ser ranqueada, negociada, vendida. Ponce (2010) registra que as políticas, concebidas e disseminadas como únicas, suficientes e redentoras dos problemas que permeiam o campo educativo na atualidade, primam por competitividade, esforço individual e meritocracia, resultando, como indica no distanciamento do Estado em relação a uma de suas principais responsabilidades: garantir o direito à educação pública e gratuita a todos os brasileiros, natos ou não.

Tal movimento, ilustrativo daquilo que Mészáros (2011) classifica como processo sociometabólico irrefreável do capitalismo, vem produzindo alto impacto nas políticas públicas educacionais. O corolário disso tudo é a privatização de um bem que, em tese, é inalienável. Trata-se, portanto, da lógica do sistema econômico vigente, que ao buscar

enfrentar as crises cíclicas que lhe afetam, transforma direitos em serviço e assim vai-se recompondo, de modo a manter a hegemonia-capital em sua fase neoliberal.

O êxito desse projeto exige a captura da adesão da sociedade à visão de mundo e às práticas da classe dominante. Para melhor entendimento dessa necessidade-capital, recorre-se à avaliação que Apple (2003, p. 51) traça acerca da ideologia burguesa e de sua inserção no campo educacional:

A atração das políticas conservadoras na educação reside, em grande parte, em alterações do nosso senso comum – sobre o que é democracia, se nos vemos ou não como indivíduos de posses (‘consumidores’) e, em última instância, como entendemos o funcionamento do mercado. Subjacente às políticas neoliberais na educação e suas políticas sociais em geral está a fé na equidade e justiça essencial dos mercados. Os mercados vão acabar distribuindo os recursos de maneira eficiente e justa de acordo com os méritos de cada um. Vão acabar criando empregos para todos que querem. São o melhor mecanismo possível para assegurar um futuro melhor para todos os cidadãos (consumidores).

O excerto em destaque revela aspectos do método neoliberal quando da busca por uma nova sociabilidade, usando a educação para garantir as iminentes relações de exploração e de expropriação características do sistema capitalista. Sobre esse procedimento, Shiroma e Santos (2014, p. 22) alertam para os “*slogans* que ornamentam os discursos e as práticas educacionais no novo milênio,” os quais carregam discursividade que ocultam os verdadeiros interesses das políticas públicas vigentes.

Ocorre que, apesar do estratégico aparato acionado pelo capitalismo, observam-se pontos nevrálgicos e fraturas na operabilidade da educação. Os números do Censo da Educação Básica, por exemplo, divulgados anualmente pelos Órgãos de Estado, são indicadores da fragilidade dos sistemas públicos de ensino e das políticas que os orientam.

CONCLUSÕES

Os subsídios teóricos mobilizados para este texto ressaltam contradições e arranjos políticos gestados por agentes públicos em franco consórcio com forças hegemônicas, as quais o Brasil ao longo de sua existência tem-se acoplado numa relação dependente e servil. Nesse processo, a educação foi sendo tomada como peça fundamental no mosaico de poder que se expandia a cada novo marco da configuração político-administrativa nacional.

Resulta daí o entendimento de que as políticas públicas traçadas à educação brasileira até o momento não atendem efetivamente aos anseios sociais. Isto em função de que historicamente registram-se índices alarmantes de desigualdade educacional, marcadamente localizados no estrato mais baixo da estrutura piramidal que configura uma sociedade capitalista-dependente, tal como o é a brasileira.

Nesse sentido, nos diferentes tempos históricos fez-se recorrente o clássico padrão da escola dual: uma que serve aos interesses de manutenção da hegemonia da classe dominante e outra que perpetua a negligência do Estado no tocante à oferta de educação pública e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora. A edição da Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) é o exemplo mais atual e emblemático dessa crítica, haja vista que o Governo Federal brasileiro a anuncia como “revolução educacional,” contudo já se percebe – na prática – que o projeto de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada está postergado para um futuro incerto.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** Trad. Dinah Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. **Lei n. 13.415/2017.** Altera a LDB 9.394/96, a Lei 11.494/07 e a CLT/43; revoga a Lei 11.161/05; e institui a Política de Fomento à Implantação de Escolas de EMTI. Disponível em: <www.planalto.gov.br/L13.415.htm>.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

MANACORDA, Mario. **Marx e a pedagogia moderna.** Trad. Newton Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. Paulo Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Trad. José Severo Pereira. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano dos. *Slogans* para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia.** São Paulo: UNESP, 2012.